

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)
Eixo Temático: Humanidades e Educação

DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM DURO GOLPE NA DEMOCRACIA¹

Esther Cattani Severo², Natiele Ramos Da Silva⁶, Carolina Bertoldo Dos Santos³, Ana Flávia Wildner Tremea⁴, Rosmari Marodin Gobo⁵, Emanuely Moka Piovesan Dos Santos⁷.

¹ Trabalho de pesquisa escolar de História

² : Carolina Bertoldo dos Santos, Emanuely Moka Piovesan dos Santos, Natiele Ramos da Silva, Gabriele Boff de Oliveira

Professora orientadora: Rosmari Gobo

⁶ Aluna do Instituto Estadual de Educação Guilherme Clemente Koehler.

³ aluno escola pública

⁴ aluna escola pública

⁵ Professora Orientadora

⁷ Aluna do Instituto Estadual de Educação Guilherme Clemente Koehler.

Trabalho de pesquisa escolar de História

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar ocorrida no Brasil em 1964, depôs o Presidente eleito João Goulart, revela a postura da elite brasileira e de setores da classe média que carregam as concepções de uma sociedade escravista, baseada no latifúndio, no patriarcado e no preconceito de classes. Podemos constatar que o duro golpe que fragilizou a nossa democracia, evidencia que ao mínimo movimento de distribuição da renda e da terra, os que possuem maior poder econômico, reagem para barrar qualquer avanço neste sentido. Esse período que manchou de sangue o nosso País, revela a face de um Brasil desigual, conservador e autoritário que desrespeita seus cidadãos que mais precisam da presença do Estado para lhes garantir o direito de cidadania.

Os 17 Atos Institucionais, impostos pelos Governos Militares, demonstram o Estado de exceção que os brasileiros viveram nesse longo período de repressão, torturas, prisões ilegais, assassinatos, desaparecimento de pessoas e de submissão da maioria da população brasileira a condições precárias de vida. Mais do que denunciar os abusos cometidos pelos militares, faz necessário tornar público esses fatos para que a barbárie não volte a ser praticada em nosso país.

TEMA; DITADIURA MILITAR NO BRASIL-1964-1985

Objetivo: Pesquisar o processo histórico que resultou na implantação da Ditadura Militar no Brasil de 1964-1985, conhecendo as ações de repressão, tortura, violação dos direitos humanos e assassinatos ocorridos nesse período.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se apresentar neste estudo, alguns aspectos históricos do Governo Militar imposto no Brasil pelo Golpe Militar de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, eleito democraticamente pelo voto popular. Evidencia-se que a elite brasileira conservadora, aliou-se a setores da classe

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

média, a setores da igreja católica, aos militares e aos Estados Unidos para barrar a distribuição da renda e da terra que compunham as Reformas de Base, anunciadas por Goulart. Conhecer os fatos desencadeados pelo regime repressor e a grave violação dos direitos humanos nesse período em nosso País, torna-se indispensável para que a população compreenda o valor da liberdade, da democracia e do respeito ao direito de cidadania.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, fotografias, filmes que retratam eventos da época, letras de músicas e no Portal Memórias da Ditadura, elaborado pela Comissão da Verdade.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O governo democrático de João Goulart, anunciou as reformas de base, as quais visavam a distribuição de renda e terra no Brasil, diminuindo as desigualdades sociais no Brasil, pois as classes menos favorecidas enfrentavam sérios problemas como alta inflação, crise econômica, desemprego e falta de acesso aos serviços básicos. O clima de tensão e disputas de classes vivenciados em nosso País, fez com que o presidente João Goulart anunciasse as Reformas de Base, as quais contemplavam a reforma urbana, a reforma agrária, reforma universitária, reforma fiscal, reforma política. Goulart havia herdado uma grave crise financeira dos governos JK e de Jânio Quadros e uma volumosa dívida externa, fatores que agravavam a vida da maioria, desencadeando uma ampla mobilização popular que reivindicava melhores condições de vida.

Sensível a realidade do País Jango propõe as Reformas de Base para que houvesse a diminuição da concentração de rendas nas mãos de uma pequena parcela na sociedade brasileira, fato que desagradou as elites conservadoras que reagiram, organizando no dia 19 de março a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo

O golpe militar de 31 de março de 1964 foi consolidado com a participação dos grandes latifundiários, empresários, setores das forças armadas, da igreja católica e dos Estados Unidos. Diante da ameaça de intervenção dos Estados Unidos para reprimir qualquer tipo de resistência ao golpe, João Goulart e Leonel Brizola e outras autoridades se exilaram no Uruguai para evitar derramamento de sangue. Usando como argumento que o golpe era uma revolução que iria modernizar economicamente o País e colocá-lo dentro da “ordem”, os militares com o apoio da elite brasileira emitiram o primeiro Ato Institucional nº 1(AI,1), regulamentando eleições indiretas e convocou o Congresso que elegeu o General Castelo Branco à presidência.

Com a justificativa de deixar o Brasil livre da “ameaça comunista” e da corrupção, o governo militar decretou Estado de Sítio suspendendo os direitos políticos dos cidadãos que não concordassem com o novo governo, cassou mandados de vários políticos, suspendeu as garantias constitucionais. Muitas pessoas foram presas e torturadas e mortas de forma injusta e ilegal. A ditadura militar no Brasil durou 21 anos e foi legalizado por meio de decretos-lei e de uma nova constituição. A constituição de 1967, foi elaborada por quatro juristas em 72 horas, reforçando a Lei de Segurança Nacional e referendando a supremacia do poder executivo sobre os demais poderes e um rígido controle sobre a sociedade para coibir qualquer movimento de resistência popular que esboçasse uma reação contra o regime repressor.

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

O governo ditatorial promulgou o Ato Institucional número dois (AI, 2), de 27 de Outubro de 1965, o qual referendava as eleições indiretas para Presidência da República, as cassações e as suspensão de direitos políticos, ampliou os poderes do presidente da República, para impor estado de sítio e intervir nos Estados. Determinou a criação de apenas dois partidos: Um de apoio ao governo, A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era oposição ao governo militar. O Ato Institucional (AI, 3), de Fevereiro de 1966, determinou que as eleições nos Estados passariam a ser indiretas e o General Costa e Silva foi eleito como presidente pelo congresso nacional.

O presidente Castelo Branco promulgou o Ato Institucional nº4(AI, 4), convocando o congresso para aprovar a nova carta constitucional de 1967, que era autoritária, restringia ainda mais os direitos individuais e coletivos, fragilizando a democracia em nosso País.

No governo do General Costa e Silva, a resistência ao regime repressor foi intensificada, tendo especial destaque nesta luta o movimento estudantil, setores da classe média e dos trabalhadores que sofriam graves impactos na vida cotidiana. Muitos trabalhadores e estudantes foram presos, torturados e assassinados pela polícia militar, tendo como símbolo desse momento o assassinato do estudante Edson Luís, em março de 1968. As ações de violência e de repressão contra populares e estudantes, ficou conhecido na história como sexta-feira sangrenta com dezenas de feridos e mortos. Movimentos de reação começam a se materializar pela ação de guerrilhas com a Van Guarda Popular Revolucionária (VPR), pela aliança de libertação nacional (ALN) e uma ação intensa da união dos estudantes que lutavam pela liberdade e pela democracia.

Em 12 de Outubro de 1968, a polícia efetuou a prisão e fichamento de mil estudantes que participavam de um congresso da UNE no interior de São Paulo. A pressão popular pela redemocratização do país começa a produzir resultados. Em resposta o governo emite o ato institucional nº 5(AI,5), em 13 de dezembro de 1968, consolidando a fase mais cruel do período ditatorial. Por esse decreto o presidente possuía plenos poderes para agir sem limites: Fechou o congresso nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais; cassou mandatos políticos suspendeu direito políticos; decretou estado de sítio sem restrições e a possibilidade de legislar por atos institucionais e decretos. Nesse período muitos deputados e lideranças políticas que defendiam a igualdade, a liberdade e a democracia tiveram seus direitos caçados. Milhares de pessoas foram presas e torturadas como professores funcionários públicos trabalhadores jornalistas artistas intelectuais e lideranças sindicais. O presidente Costa e Silva para reduzir o grau de arbitrariedade (AE,5) propondo uma reforma constitucional e anunciando a reabertura do congresso nacional.

Em 25 de outubro de 1969, foi eleito Emilio Garrastazu Médici. O último ato institucional, (AI,17), declarando vago o cargo de Presidente da República [...] “O governo do general Médici inaugurou a etapa mais sombria do regime, que foi a aplicação do terror do Estado para enfrentar a resistência dos opositores” [...]. (Memorial da Ditadura, 2014)

O ciclo de crescimento econômico com financiamentos internacionais, começa a dar sinais de decadência, em 1973, em decorrência da guerra árabe-israelense e dos baixos preços do petróleo. No final de 1973. Os EUA, elevaram os juros e o “Brasil, dependente da importação de petróleo e endividado com os Estados Unidos, foi duplamente atingido pela elevação do preço do petróleo e pela forte subida dos juros. A economia brasileira entrou em crise” (Memorial da Ditadura).

Modalidade do trabalho: Trabalho de Pesquisa (de 02 a 05 páginas)

Eixo Temático: Humanidades e Educação

A eleição indireta de Geisel foi feita em janeiro de 1974. O Colégio Eleitoral, composto em sua maioria por integrantes da Arena, partido do governo, venceu. O deputado Ulysses Guimarães, líder da oposição, disputou a eleição para ter oportunidade de divulgar as ideias em prol da democratização do País. “Figueiredo recebeu a maioria dos votos na eleição indireta no Congresso Nacional, em outubro de 1978. O quinto e último general-presidente da ditadura tomou posse em março de 1979 para o mandato de seis anos” (Memórias da Ditadura).

As tensões se agravaram no País com as greves realizadas pelo movimento operário do ABC paulista e da capital. Os estudantes que já eram protagonista de protestos públicos desde 1977, reorganizaram a UNE e fizeram grandes manifestações, reivindicando a anistia dos opositores presos e exilados. As condições precárias enfrentadas pela maioria da população, impulsionaram o crescimento da imprensa alternativa e das greves dos trabalhadores contribuíram para a redemocratização do Brasil. Em 1982, a inflação chegou a 99% ao ano, a economia entrou em recessão, a produção da indústria automobilística caiu 30%, milhares de trabalhadores foram demitidos, a dívida externa cresceu e os investimentos externos cessaram no País.

Esse clima favoreceu a oposição que elegeu vários governadores, passando a governar a maior parte da população do país. Diante da grave crise econômica do País, o pedido de moratória da dívida externa e eleições diretas já, mobilizaram milhares de pessoas que saíram às ruas lutando por um Brasil mais justo e democrático. Foi criado o slogan “Diretas já! Eu quero votar para presidente. Esse movimento agregava multidões em comícios em todos os Estados, enfraquecendo o regime ditatorial. Em 1984, a oposição lançou Tancredo Neves, apoiado pelos governadores opositores para disputar as eleições indiretas, cujo candidato governista era Paulo Maluf. Tancredo Neves derrotou Maluf, por 480 votos a 180. Porém, Tancredo foi acometido de doença grave antes da posse, vindo a falecer em abril. Em 15 de março de 1985, assumiu a presidência José Sarney, vice de Tancredo, chegando ao fim, os 21 anos de Regime Militar no Brasil.

CONCLUSÃO

A Ditadura Militar no Brasil, reforça a ideia de que como sujeitos históricos construímos o País pela nossa participação e ação na sociedade de forma crítica e responsável. Construir um Brasil mais justo e democrático, exige o envolvimento e a capacidade de cada cidadão pensar e colocar em prática atitudes que promovam o cuidado com o ser humano e com a natureza. Esse processo está em construção e depende de cada brasileira e de cada brasileiro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislaine, SERIACOPI: passado e presente. 1ed. São Paulo: Ática, 2016

Memórias da Ditadura. Disponível em:

<http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/index.html> Acesso em 28/08/2017.